



Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da *Revista do Ensino* (1929 – 1930)

Elaine Rodrigues* e Maurilane de Souza Biccás

Universidade Estadual de Maringá, Av Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência.
 E-mail: elaineuem@hotmail.com

RESUMO. Este artigo foi escrito com o objetivo de operar materialmente com a ideia de que a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, da escrita da História, em específico da História da Educação. Intentou-se contribuir com a produção já existente no campo da História da Educação que utiliza os impressos pedagógicos como fontes privilegiadas, aqui tomadas à análise para responder de maneira complexa às perguntas: O que se pode fazer, em termos historiográficos, com uma fonte? Como se elige uma fonte? Quais possibilidades de adentrar os meandros que envolvem as tensões geradas no campo educacional ela pode revelar? Por que descrever a fonte? Qual relevância este procedimento apresenta para a operação historiográfica em particular, na operação realizada com a imprensa especializada em educação e ensino? A busca por respostas aos questionamentos suscitou reflexões afetas ao campo metodológico do fazer historiográfico da educação, trazê-las ao público é partilhar resultados provindos do risco de aceitar evidenciar, por meio de produção própria, resultados da operação historiográfica realizada com a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, mais especificamente com a seção ‘nossos concursos’, com a premissa de que as fontes não falam por si e não existem a priori da sua eleição, como tal, pelo pesquisador.

Palavras-chave: educação, operação historiográfica, imprensa pedagógica, *Revista do Ensino*.

The pedagogical press and historiographical action: the case of the *Revista do Ensino* (1929-1930)

ABSTRACT. Current paper focuses on the idea that problematization should be the focal point of all historiographical activities, or rather, the writing of History, particularly the History of Education. The paper contributes towards the already existing production within the field of the History of Education that employs pedagogical printed texts as privileged sources which answer the following questions: What, in historiographical terms, may be done with a source? How is a source selected? Which possibilities may it reveal when it penetrates the meanderings that involve the tension produced within the educational field? Why should one describe a source? What is the relevance that such a procedure provides for historiographical activity, especially in activities with the specialized press focused on education and teaching? Responses give rise to discussion on the methodology of historiographical activities on Education. Their dissemination is sharing results, originating from the challenge in accepting the evidence, through one’s production, results from the historiographical activity conducted on the *Revista do Ensino*, published in the state of Minas Gerais, Brazil. This is especially true for the section ‘Our tests’, or rather, the presupposition that the sources do not speak for themselves and there is no *a priori* selection by the researcher.

Keywords: education, historiographical activity, pedagogical press, *Revista do Ensino*.

Prensa pedagógica y el hacer historiográfico: el caso de la *Revista do Ensino* (1929 – 1930)

RESUMEN. Este artículo ha sido escrito con el objetivo de operar materialmente con la idea de que la problematización debe ser el punto focal de todo el hacer historiográfico de la escrita de la Historia, en específico de la Historia de la Educación. Se intentó contribuir con la producción ya existente en el campo de la Historia de la Educación, que utiliza los impresos pedagógicos como fuentes privilegiadas, aquí tomadas para el análisis a fin de responder de manera compleja a las preguntas: ¿Qué se le puede hacer, en términos historiográficos, con una fuente? ¿Cómo se elige una fuente? ¿Cuáles posibilidades de adentrar los enredos que envuelven las tensiones generadas en el campo educacional ella puede revelar? ¿Por qué describir la fuente? ¿Qué relevancia este procedimiento presenta para la operación historiográfica, en particular, en la operación realizada con la prensa especializada en educación y enseñanza? La búsqueda por respuestas a los cuestionamientos suscitó reflexiones acerca del campo metodológico del hacer historiográfico de la educación, traerlas al público es compartir resultados provenientes del riesgo de aceptar evidenciar, por medio de producción propia, resultados de la operación historiográfica realizada con la *Revista do Ensino* de Minas Gerais, más específicamente con la sección ‘nuestros concursos’, con la premissa de que las fuentes no hablan por sí y no existen a priori de su elección, como tal, por el investigador.

Palabras clave: educación, operación historiográfica, prensa pedagógica, *Revista do Ensino*.

Introdução

O objetivo deste artigo é operar materialmente com a ideia de que a problematização deve ser o ponto focal de todo o fazer historiográfico, de toda escrita da História, em específico, da História da Educação. As perguntas do presente podem ser feitas ao passado, pelo historiador, buscando e produzindo respostas com base na problematização das fontes e em outros vestígios. O documento é constituído pela operação historiográfica que define os conjuntos, as séries, as relações, e seu trabalho é o da interpretação (BLOCH, 2001; LE GOFF, 2003; FOUCAULT, 2005; CERTEAU, 2006).

Recriar o passado de forma a manter o rigor necessário à operação historiográfica, sem se deixar seduzir pela possibilidade de realizar uma assepsia ao que um dia exalou o odor da putrefação, é desafio que ensina o pesquisador a mergulhar na aparente inocência das fontes, para encontrar a desordem, os limites de uma oscilação, o instante de funcionamento irregular, a delimitar os domínios possíveis da pesquisa histórica. Bloch (2001, p. 20) afirma “[...] O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

Como desdobramento do objetivo que, de forma mais geral, direcionou nossa escrita, intentamos contribuir com a produção existente no campo da história da educação, que faz uso dos impressos pedagógicos como fontes privilegiadas para análise de temas relacionados a reformas educacionais, formação de professores, história da leitura, história das disciplinas escolares, práticas pedagógicas, dentre outras possibilidades. Pode ainda ser tomada à interpretação para responder de maneira complexa às perguntas: O que se pode fazer, em termos historiográficos, com uma fonte? Quais possibilidades de adentrar os meandros que envolvem as tensões geradas no campo educacional ela pode revelar? Estes questionamentos, norteadores da produção de parte das pesquisas desenvolvidas pelo HEDUCULTES e NIEPHE¹ também direcionaram a tessitura deste artigo. Segundo Bloch (2001, p. 8), “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que condiciona a análise”.

A formulação de perguntas, acerca das

possibilidades que emergem da eleição da imprensa especializada em educação e ensino como fonte, revela o desejo de constituir respostas que atendam anseios teórico-metodológicos. Estas opções interrogativas geraram outras: Que expressões e diálogos este tipo de impresso faz circular? Quais grupos sociais são mais evidentes quando se questiona as teias de sociabilidade criadas pela forma de produção e circulação do impresso? Qual é o seu público leitor? Ela elege ou cria um público leitor? Ela propõe ou evidencia identidades para a comunidade educacional, fundamentalmente, professores e alunos? Como surgiram determinados enunciados e não outros em seu lugar? E as apropriações, como ocorrem? A busca por respostas aos questionamentos suscitou reflexões afetas ao campo metodológico do fazer historiográfico da educação, trazê-las à público é partilhar resultados provindos do risco de aceitar evidenciar, por meio de produção própria, a premissa de que as fontes não falam por si e não existem a priori da sua eleição como tal, pelo pesquisador.

Como as fontes foram eleitas? Basicamente, porque suas coleções foram preservadas na íntegra, estavam em condições de serem ‘angariadas’, isso possibilitou a organização de conjuntos e subconjuntos, de séries, ainda que limitadas, e permitiu caracterizar afastamentos e dispersões de acontecimentos, procedimentos que delineiam um traçado teórico-interpretativo, obviamente qualitativo. Mas, que pode se valer de instrumentos quantitativos, como o levantamento de dados, indicações numéricas, ou ainda de relações constituídas no campo dos significantes e significados, sem a pretensão de esgotar possibilidades para o alcance da pesquisa, ao contrário, apenas ampliá-las. O desafio: interrogar a fonte para pensar o outro! Neste caso, os objetos focais da História da Educação, circunscritos em espaço-tempo cultural específicos, sem desconsiderar o tempo próprio do pensamento do pesquisador, de maneira a “[...] desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico [...]”, homogêneo e contínuo, é configurar o descontínuo para criar o passado e não para apropriar-se dele (FOUCAULT, 2005, p. 12).

Por que descrever a fonte? Qual relevância este procedimento apresenta para a operação historiográfica? Em particular, na operação realizada com a imprensa especializada em educação e ensino? Em Foucault (2005, p. 30), a resposta inicial ancorase na possibilidade de tratar uma “[...] população de acontecimentos [...]”, tomados como forma finita do discurso. A materialidade da fonte, o agrupamento, a série, apresentam valor de

¹O grupo de pesquisa que Elaine Rodrigues coordena é o HEDUCULTES - Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar. Está certificado pela Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação da UEM e inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq). Diana Vidal e Maurilane de Souza Biccás coordenam o NIEPHE - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, constituído em 1996, está certificado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e inscrito no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq). Veja o site: <http://www.usp.br/niephe/index.asp> É deste lugar que as pesquisadoras falam.

amostragem que formam um conjunto discursivo finito, porque limitado às sequências cristalizadas em seu suporte material. A descrição é um procedimento que amplia as possibilidades de interpretação porque permite modificar o que se pode perguntar à fonte. A desconstrução e reconstrução, fazer denominado descrição, tenta encontrar para além dos próprios enunciados discursivos, explicitados na fonte, as teias que o sustentam. Possibilita questionar o seu aparecimento e manutenção e ainda entender 'como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias'. Este é um instrumento que não saberíamos afirmar se fora utilizado ou criado pelo campo da História da Educação, mas com os pés no terreno da ousadia diríamos: os pesquisadores deste campo cavam pouco a pouco, ainda que, com certa, imprecisão, "[...] fossos para definir seu próprio caminho metodológico" (FOUCAULT, 2005, p. 19).

Historicizar a linguagem das fontes e das ferramentas conceituais passa a ser primordial. Novos interesses, interrogações e critérios de tratamento do arquivo, (re) historicizar à escola, o modelo e a forma escolar, o saber fazer. O historiador passa a interrogar o arquivo, produzindo visibilidades outras. Novos temas ganham a preferência dos historiadores, há possibilidades de criação de novos campos de investigação, como por exemplo, a história do livro, dos impressos pedagógicos, das práticas de leitura, dentre outros. A ênfase na materialidade das práticas, dos objetos e usos, vem possibilitando interrogar as fontes disponíveis na busca de compreender o que as pessoas fazem com os modelos que lhes são impostos ou com os objetos que lhes são distribuídos (BOURDIEU, 1990; CHARTIER, 1996). A ênfase está nos usos diferenciados de objetos ou de modelos pedagógicos (tenham caráter de lei, regulamentos ou preceitos) para as práticas diferenciadas de apropriação. É esse deslocamento que faz com que o historiador da educação deixe de se interrogar sobre a inteligibilidade interna dos sistemas pedagógicos, deslocando o olhar para a multiplicidade dos dispositivos materiais em que se inscrevem, como produtos culturais determinados e para os usos dos mesmos.

O que são impressos pedagógicos? Livros didáticos, manuais escolares, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores. Nessa multiplicidade de materiais, os impressos passam a ser objeto e não só fonte de investigação. Objeto em um duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material

para as práticas escolares. A materialidade desses objetos passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador no estudo das práticas que se formalizam nos seus usos escolares. A materialidade do objeto impresso (configuração textual e tipográfica). Chartier (2002, p. 62) diz "[...] não existe texto fora do suporte que o dá a ler [...]", não há compreensão de um escrito que não dependa das formas por meio das quais ele chega ao seu leitor.

Duas importantes categorias amparam a análise que nos propomos a realizar, quando operamos com o impresso pedagógico – *Revista do Ensino* em sua seção os novos concursos, criada no período de 1929-1930, auge do processo que implanta a reforma educacional mais importante de Minas Gerais, a Francisco Campos. Uma delas é estratégia, a arte dos fortes, como a definiu Certeau (2006), diretamente vinculada à escrita e ao poder de modificação a ela atribuído pela sociedade atual. Os impressos pedagógicos institucionalizam-se com lugar de poder, de estratégias editoriais articuladas, num contexto de reforma escolar, de configuração de uma materialidade que se finaliza como dispositivo modelador de práticas de leitura e de novos modelos de formação de professores e na proposição dos conhecimentos pedagógicos reconhecidos como socialmente válidos. Os impressos, na nossa perspectiva, constituem-se como produto de estratégias que deixam ler as marcas de usos prescritos e de destinação visada; fornecem indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos; o peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias das quais são produtos.

Uma segunda categoria é apropriação, por definição histórica. Para Chartier (1990, 1991, 1994, p. 184), "[...] nem as ideias, nem as interpretações são desencarnadas [...]", para recriá-las, construir novos sentidos e formas de interpretar, há que se conhecer os suportes materiais que mediam as práticas de leituras, no caso deste artigo, leitura de professores (as). Estas duas categorias ampliam as possibilidades interpretativas do impresso e da mesma forma permitem a construção de novos significados subvertendo-lhes o sentido inicial.

A argumentação anterior, tomada como base, possibilitou que este artigo fosse estruturado em quatro partes. Na primeira, breve introdução, situamos aspectos teórico-metodológicos relativos ao tema e o interesse em operar concretamente com um impresso pedagógico. Na segunda, trazemos a *Revista do Ensino* e seu contexto de produção. Num terceiro momento, daremos destaque à análise da seção os 'nossos concursos', uma estratégia editorial específica, que se articula fortemente com a principal

proposta da reforma do ensino mineira, fazer com que os (as) professores (as) se apropriassem das novas diretrizes pedagógicas que fundamentavam a reforma de Francisco Campos. Por último, as considerações finais que pretendem findar o artigo, mas não encerrar a discussão.

A *Revista do Ensino* de Minas Gerais

A *Revista do Ensino* foi criada originalmente em 1892, no governo do presidente da província de Minas Gerais, Afonso Pena. Circulou num curto espaço de tempo, com apenas três números publicados. Em 1925, após 33 anos, foi reativada no governo de Fernando Mello Viana, foram editados 175 números e circulou até o primeiro semestre de 1940. Sua produção ficou interrompida por cinco anos devido a Segunda Guerra Mundial. Em 1946 voltou a circular sendo extinta 25 anos mais tarde, em 1971, quando Rondon Pacheco era governador de Minas Gerais. O último número editado foi o de 239.

Foi um dos impressos pedagógicos oficiais de Minas Gerais, sua publicação teve relevante longevidade, podendo ser considerado o mais representativo da história da educação mineira, não só pela sua permanência ao longo de cinco décadas, mas pelo papel significativo no processo de formação dos professores e de conformação do campo educacional do Estado. Como já foi anunciado anteriormente, focaremos neste artigo um período específico, 1929 a 1930, de produção e circulação da *Revista do Ensino*, dando destaque à análise de uma seção – 'nossos concursos' – criada no auge da implementação da reforma educacional mineira, como uma estratégia específica, mantida de forma articulada a várias outras.

O estado de Minas Gerais foi governado por Antônio Carlos de Andrada² de 1926 a 1930, período em que Francisco Campos³ foi Secretário do Interior e contou com Mario Casasanta⁴ como Inspetor da Instrução Pública. Esses homens foram os

responsáveis pela criação e implantação da Reforma mineira e pela utilização da imprensa dirigida ao grande público para assegurar uma ampla divulgação das novas diretrizes educacionais. Para atingir diretamente os professores, remodelaram a *Revista do Ensino*⁵ com vistas, principalmente, à implantação dos preceitos da reforma e à ampliação da circulação e divulgação desse impresso.

O ponto de partida tomado por Francisco Campos para processar a reforma mineira e transformar a *Revista do Ensino* foi o conhecimento sistemático da realidade da instrução pública no estado, o que parece ter ocorrido pelo menos de duas maneiras. A primeira, por meio da elaboração de diagnósticos censitários na perspectiva de conhecer e detectar os principais problemas existentes. A segunda maneira, talvez decorrente da primeira, foi por meio da convocação de todo o professorado para remodelar a escola mineira, estratégia que teve o 'I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais' como marco.

O diagnóstico trouxe informações importantes que foram divulgadas por meio de um artigo publicado no Diário de Minas, de 3/6/1927, por Alberto Alvares, Secretário Geral do 'I Congresso de Instrução Primária', sobre o debate da 15ª tese sobre 'Organização geral do ensino'. Destacam-se as informações sobre os altos índices de analfabetismo no estado e o investimento necessário para modificar esta situação.

Em 1916, num orçamento total de 28.600:000\$000 [vinte e oito mil e seiscentos contos de réis], mais de 5.800:000\$000 [cinco mil e oitocentos contos de réis] destinaram-se a alfabetização das crianças. Em 1926, foram investidos na educação 21.642:000\$000 [vinte e um mil e seiscentos e quarenta e dois contos de réis], o que indica que em um decênio as despesas aumentaram em 333%. Apesar do crescimento nos investimentos da educação, o índice de analfabetismo em Minas Gerais era de 79%. Ainda de acordo com os dados estatísticos, para alfabetizar todas as crianças de 7 a 14 anos (estimado em 1.112.000), o Estado deveria gastar anualmente aproximadamente 65.000:000\$000 [sessenta e cinco mil contos de réis], somados ao que se despendiam com a manutenção das escolas do ensino primário, as despesas chegariam a mais de 80.000:000\$000 [oitenta mil contos de réis] por ano, quantia superior a média anual da arrecadação da receita pública, referente ao total recolhido no quinquênio, no período de 1921 a 1926.

²Antônio Carlos de Andrada nasceu em Barbacena em 1870 e morreu em 1946. Foi promotor, magistrado e professor, filiado ao PRM e ao PCC e considerado um dos principais responsáveis pela Revolução de 30. Como presidente de Minas Gerais investiu na reforma da instrução primária e normal.

³Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dolores do Indaiá em 1891. Por parentesco, ligava-se a numerosas famílias influentes na vida econômica, política e social do Estado. Em 1914, formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, onde também foi professor a partir de 1918. Fez parte da nova geração oligárquica imbuída do espírito de modernização, ingressou na política pela mão de Raul Soares, como deputado estadual pelo PRM. Foi deputado estadual; deputado federal; Secretário do Interior; ministro da Educação (1930/1932), preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário; Consultor-Geral da República (1933/1937); Ministro da Justiça (1937/1941), neste período foi redator da Carta de 1937, que instaurou o Estado Novo. Colaborou ativamente na elaboração das leis autoritárias, após a derrubada do governo João Goulart.

⁴Nasceu em Jaguarí (Camanducaia) em 1898 e faleceu em 30/03/1963. Foi professor, escritor, advogado, político, acadêmico e ocupou vários cargos públicos na administração pública. Destacou-se como o braço direito de Francisco Campos, como Inspetor Geral da Instrução Pública, no período da implantação e implementação da reforma do ensino primário e normal em 1927.

⁵A *Revista do Ensino*, no contexto da Reforma Francisco Campos, foi uma fonte privilegiada nos trabalhos de Duarte (1988), Prates (1989), Borges (1993), Peixoto (1983) e Souza (2001).

O diagnóstico aponta para a grande dificuldade orçamentária do Estado na efetivação de vagas para todas as crianças mineiras em idade escolar, uma tarefa quase impossível de ser equacionada. Francisco Campos em meio a estes desafios procurou criar estratégias que pudessem fundamentar políticas de geração de recursos financeiros com a participação dos municípios, o que passou a ocorrer a partir de 1928. Para o governo de Minas Gerais o enfrentamento de situação educacional tão adversa não teria sucesso se não conseguissem assegurar a adesão dos professores, nesse sentido era fundamental investir na formação profissional dos mesmos.

A formalização da reforma do ensino mineiro se deu a partir da produção do Regulamento e do Programa do Ensino Primário publicado por Francisco Campos⁶, em outubro de 1927, em formato de livro, utilizando todos os recursos impressos⁷ disponíveis para torná-lo acessível a todos os professores. Em 22 de dezembro, do mesmo ano, foi publicado pela Diretoria de Instrução Pública, o Decreto n.º 8.094, que aprovou os “[...] Programas de Ensino Primário”. Neles, com força de lei, foram especificados de maneira bastante detalhada para o professor todo o conteúdo e a fundamentação teórica que deveriam ser seguidos. Às discussões e sugestões do Programa, foi anexado um “[Sumário Esquemático das Lições da Escola Ativa pelo método Decroly]”⁸.

Para Francisco Campos (1941, p. 13), a escola constituía-se em um instrumento de educação e as crianças deveriam ser respeitadas tanto por ela quanto pelos professores, responsáveis por parte do desenvolvimento de seus interesses e de sua infância. Ao tornar pública sua concepção e princípios baseados nos ideais escolanovistas, instaurou-se no campo educacional disputas entre o Estado e a Igreja Católica, pois enfatizava pelo menos duas ordens de questões. A primeira, segundo Peixoto (2000, p. 91), referia-se à proposta anunciada por Francisco Campos, em 1927, na qual o Estado deveria se

responsabilizar pelo controle e gerenciamento da oferta de escolas em Minas Gerais, o que ameaçou a Igreja, uma vez que, a expansão do número de escolas católicas estaria condicionada ao controle do Estado. O Presidente Antonio Carlos, para minimizar essa situação, promulgou em 1928 o decreto n. 1.092, que concedeu a possibilidade de ser ministrado nos estabelecimentos públicos oficiais o ensino religioso no horário escolar.

A outra fonte de tensão e conflito referia-se às concepções escolanovistas que a Reforma do Ensino tomou como base e sobre as quais a Igreja Católica⁹ discordava fundamentalmente. Os debates entre os defensores dos princípios da Escola Nova e da Escola Cristã serão recorrentes no período de 1931 até o final de 1933, em vários fóruns estaduais e nacionais, no caso mineiro, a escola nova terá um viés católico muito evidente, flagrado em vários números da *Revista do Ensino*, em 1931, 1932 e 1933.

Contornadas as tensões entre a Igreja Católica e o Estado, Francisco Campos (1941, p. 18) continuou acreditando que a implantação satisfatória de uma reforma radical e profunda, como a mineira, poderia ser demorada se seus executores não incorporassem os princípios da mesma. Para solucionar esse problema e assegurar o sucesso da reforma, competia ao Estado investir na elevação do nível intelectual e técnico dos professores mineiros, sendo ainda necessário propor uma reforma para o ensino normal. Na 'Exposição de Motivos do Regulamento do Ensino Normal' Campos analisa:

Os defeitos do ensino primario não estão nos seus programmas, nem na organização do seu curriculum; estão no professor. Deste é o methodo do ensino, d'elle essa technica indefinivel de captar o interesse infantil, d'elle esse tecido intellectual plastico, sensivel e irradiante, em que as noções trabalham o seu corpo visivel e de cuja substancia as idéas, tornando-se concretas, intuitivas e palpáveis, improvisam essa espécie de mãos ou prolongamentos presencias, que lhes possibilitam apropriar-se da realidade e da vida, incorporando-se ás cousas. Sem insto não haverá ensino primario e isto só os professores convenientemente preparados poderão dar (CAMPOS, 1941, p. 30-31).

As estratégias de formação docente acionadas na Reforma Francisco Campos visavam qualificar tanto os professores em exercício como os que estavam em processo de formação inicial nas Escolas Normais¹⁰. Para o duplo objetivo foram pensadas e

⁶Possivelmente, Francisco Campos convocou os professores a participar do I Congresso Mineiro de Instrução Primária, com objetivo de debater os principais temas relacionados à Organização da Instrução Pública em Minas Gerais e, ao mesmo tempo, conclamá-los para realizar a obra de governo projetada, conferindo aos professores o estatuto de “opinião autorizada”.

⁷Neste caso, existe uma relação entre Pedagogia como discurso normativo e uso do impresso. Foram muitas as explicitações e justificativas de Francisco Campos que indicavam as representações estabelecidas entre ensino e aprendizagem, que funcionam como regras que regem o uso de uma iniciativa específica de Reforma faz o impresso, colocando-o em circulação; normas e regras que prescrevem o papel do professor como usuário do impresso. No caso específico desta reforma, a *Revista do Ensino* foi uma estratégia editorial criada no cruzamento de inúmeras ações que configuraram o campo de intervenção da Reforma de Francisco Campos e, ao mesmo tempo, operava como eixo articulador de todo este sistema de normas e regras.

⁸O método Decroly baseia-se na atividade individual e coletiva das crianças, mas acentua a ideia da globalização da vida anímica, à qual se acomodam seus métodos dos centros de interesse e de ideias associadas, que rompem a rigidez do programa escolar” (LUZURIAGA, 1983, p. 239-240).

⁹Cf. Cury (1988), Fausto (1997), Carvalho (1994) e Peixoto (1983).

¹⁰A expansão do ensino público em Minas Gerais, no período de 1926 a 1930, foi bastante significativa, de acordo com a Mensagem Presidencial proferida em 1930; o ensino primário passou de 2.177 unidades para 5.926, crescendo portanto 179%; o ensino secundário de 2 unidades passou para 6, crescendo 200%; o ensino normal de 2 unidades passaram para 21, um crescimento

implantadas estratégias complementares, mas distintas. Dirigindo-se àqueles em formação inicial, modificou-se o currículo da escola normal e foram criadas instituições de nível superior. No caso dos professores que estavam na ativa a questão tornou-se mais complexa. A primeira ideia de Francisco Campos para prepará-los foi a de criar um Curso de Aperfeiçoamento¹¹, ou uma Escola de Ensino Superior, balizados pelos novos métodos e doutrinas pedagógicas. Entretanto, essa iniciativa foi postergada para um momento mais propício, outras estratégias de formação foram imediatamente acionadas para renovar a prática docente.

A construção, porém, só se tornaria acabada se se pudesse, desde já, instituir o Curso de Aperfeiçoamento, que seria o nosso Seminário Pedagógico, destinado a treinar uma elite de professores, bem como os assistentes técnicos, nos recentes métodos de ensino e em técnicas pedagógicas certamente complexas, mas de divulgação indispensável no meio magisterial, a bem da eficácia do ensino primário e das suas imperiosas finalidades no quadro da cultura contemporânea. Razões óbvias, entretanto, obrigam v. excia a fundação de tão útil instituto.

O regulamento estabelece que o Curso de Aplicação fará as vezes do Curso de Aperfeiçoamento, até que este esteja definitivamente organizado (CAMPOS, 1941, p. 33-34).

Firmino Costa¹², Diretor da Escola de Aplicação¹³, em artigo publicado na *Revista do Ensino* n. 46, de junho de 1930, afirma que, por seu caráter exclusivamente pedagógico, o Curso de Aplicação pode ser considerado como a primeira escola normal instituída em Minas Gerais. Na opinião do autor, as escolas normais até então em funcionamento no Estado eram de caráter misto, com ênfase propedêutica, mais do que profissionais. Ele acrescenta que o curso promovia o ensino normal à categoria de ensino universitário.

O objetivo da Escola de Aplicação seria, então, instruir o professorado mineiro tanto na prática como na teoria pedagógica, na perspectiva de melhorar a qualidade do seu trabalho junto às crianças. Para isso, seria priorizada a ampliação da

cultura profissional dos professores, melhorando sua técnica e facilitando, assim, seu trabalho.

A Escola de Aperfeiçoamento foi aprovada pelo decreto n.º 7.970-A de 15/10/1927, mas só foi inaugurada em março de 1929 (DIÁRIO DE MINAS, 1927). O curso era de dois anos e seu objetivo era preparar e aperfeiçoar, do ponto de vista técnico e científico, os candidatos ao magistério normal, a assistência técnica do ensino e as diretoras dos grupos escolares. Os critérios de admissão para a escola foram sendo alterados ao longo de sua existência. No início, as turmas foram montadas a partir de indicação e convite feito pelo governo às professoras primárias mais 'distintas', que se destacavam no trabalho junto às escolas; posteriormente, o ingresso era feito via concurso.

Dentre as estratégias de 'levantamento do nível mental' do professorado, um lugar especial é conferido à *Revista do Ensino* e a outros impressos como os 'boletins escolares'¹⁴, bem como à criação de bibliotecas para os professores nas escolas. Articulado a outras iniciativas, como o 'I Congresso de Instrução Primária', conferências de especialistas, visitas de professores aos Estados Unidos e contratação de uma missão estrangeira, o impresso funcionou como dispositivo de formação docente, veiculando novas teorias, métodos, doutrinas, modelos e preceitos pedagógicos. Dirigido aos professores das escolas isoladas e dos grupos escolares de todo o estado, o impresso é privilegiado como instrumento de conformação do campo pedagógico e das práticas escolares. As estratégias utilizadas para divulgar e prescrever os novos modelos pedagógicos viabilizaram-se pelo redirecionamento dado à *Revista do Ensino*, tanto em seu formato como no conteúdo veiculado.

A *Revista do Ensino* foi referendada como o impresso mais importante da reforma do ensino em Minas, tida como instrumento de apresentação, discussão, avaliação e estímulo à utilização das ideias pedagógicas renovadoras. Seus objetivos, tal como publicados na parte III do Regulamento do Ensino Primário, eram:

Art. 508. A inspetoria Geral da Instrução Pública editará, mensalmente, a Revista do Ensino, destinada a publicações relativas à educação e instrução primária no Estado, no país e no estrangeiro, contribuindo para a ilustração do professorado e para a orientação do ensino no Estado.

Art. 509. A Revista do Ensino deverá constar:

extraordinário de 950%.

¹¹A Escola de Aperfeiçoamento foi inaugurada quando a missão de professoras enviada aos EUA retornou a Minas Gerais e, posteriormente, passou a contar com os professores que vieram da missão europeia.

¹²Firmino Costa Pereira (1869-1939) nasceu em Niterói, Rio de Janeiro. Em 1907 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Lavras, onde ficou até 1925. No governo de Fernando Melo Viana foi por dois anos reitor do Ginásio Mineiro, em Barbacena. Em 1930, foi convidado por Francisco Campos para ser diretor-técnico do Curso de Aplicação da Escola Normal de Belo Horizonte, responsável pela formação técnico-profissional das normalistas, ficou neste cargo até 1937, quando se aposentou, morrendo em 1939, tendo sido ainda inspetor de ensino no Colégio Isabela Hendrix.

¹³A Escola de Aplicação foi criada em 4/4/1928, no edifício da Escola Normal de Belo Horizonte, criada pelo Presidente Antônio Carlos a partir da reforma do ensino.

¹⁴No período de 1929-1937 saíram 20 números do Boletim Escolar, publicados pela Secretaria do Interior de Minas Gerais e pela Inspeção Geral da Instrução, que posteriormente tornou-se Secretaria de Educação e Saúde de Minas Gerais. Na gestão de Francisco Campos foram publicados 6 números entre os anos de 1930 a 1947.

1º de uma parte doutrinária destinada a:
 pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primário, a sua organização e os seus methodos;

publicar trabalhos originaes dos professores, na integra ou resumo;

2º de uma parte noticiosa destinada a publicar:
 factos e occorrencias locais, nacionaes ou estrangeiras, que possam orientar os funcionarios do ensino;

dados estatísticos relativos á instrucção:

actos officiaes relativos á organização e administração do ensino.

Art. 510. A Revista do Ensino será dirigida pelo Inspector Geral da Instrucção Publica, que terá como auxiliares os funcionarios da Inspectoria que o Secretario do Interior designar (PROGRAMAS DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 1927, p. 279).

Observa-se que, em relação aos objetivos pautados por Mello Vianna, quando reativou a *Revista do Ensino*, não trouxeram diferenças significativas quanto ao papel que esse impresso deveria desempenhar. Entretanto, pode-se perceber que a 'Revista' passaria a dar maior ênfase à formação, 'contribuindo para a ilustração do professorado e para a orientação do ensino no Estado'. A nova 'Revista' estaria formando os professores mineiros, ilustrando-os, apresentando-lhes as teorias e as práticas educacionais mais modernas para que pudessem organizar e transformar o ensino no estado.

Os reformadores apostaram na ideia de oferecer um veículo moderno, atualizado, com uma periodicidade definida e já legitimada pelos professores. A escolha dessa política, de veicular a *Revista*, deu-se tanto pela necessidade de estabelecer um diálogo com o professorado, como pela natureza das questões teórico-metodológicas a serem discutidas. Uma revista seria o instrumento ideal, por suas características, periodicidade e estrutura, para informar e formar rapidamente, de maneira eficaz e prazerosa, os professores que necessitavam ser atualizados e modelados pelos preceitos propostos pela reforma do ensino.

A remodelação da *Revista do Ensino* levou quase um ano para ser implementada. O período de transição ocorreu entre setembro de 1926 e janeiro de 1928, quando foram publicados oito números, 18 a 25. Durante esse período, a 'Revista' manteve o mesmo formato e alguns traços da linha editorial da gestão de Mello Vianna. As diferenças, no entanto, podem ser percebidas pela publicação de quatro números temáticos¹⁵, dedicados à cobertura e

desdobramentos desencadeados pelo 'I Congresso de Instrução Pública', com a finalidade de disseminar, junto aos professores de todo o estado, as conclusões do evento.

A primeira mudança radical pode ser observada no formato: a partir do número 26, passa de 24 x 18 cm para 17 x 11 cm. O tamanho da 'Revista' diminui e o número de páginas aumenta, de aproximadamente quarenta páginas para mais de cem, nos primeiros números dessa nova fase. Na gestão de Antônio Carlos, então Presidente, foram publicadas 32 edições do periódico, momento em que ocorreram as mudanças mais significativas na sua materialidade e projeto editorial. Os editores nesta nova fase propõem uma linha editorial mais definida, coerente e coesa na perspectiva de impor aos professores os preceitos pedagógicos que fundamentam o 'Regulamento' e os 'Programas' formulados pela reforma mineira. Observa-se uma grande diferença editorial a partir desse momento, os artigos publicados anteriormente na 'Revista' pareciam ter sido organizados ao acaso.

Na linha do caráter reformador pedagógico, observa-se, que no período de 1928 a 1930 seis novas seções foram criadas: 'Atos oficiais', 'Seção Centro Pedagógico Decroly', 'Escola Moderna', 'Nossos Concursos', 'A Voz da Prática e Daqui e dali'. Além das novas seções, esta nova configuração passou a exibir em todas suas edições textos de abertura com um caráter de editorial¹⁶. Apesar de não serem denominados como tal e de não possuírem as características específicas desse tipo de texto, optou-se por tratá-los como 'A Palavra da Revista'. Além disso, não há nenhuma indicação explícita por parte dos próprios editores sobre o caráter de editorial desses artigos.

Em ordem cronológica por edição, do número 25 a 49, apresentamos os títulos dos artigos publicados na 'Palavra da Revista', foram eles: 'Horário escolar'; 'a nova escola de Minas'; prepare as vossas lições; a falta de frequência; no primeiro dia de aula; entre uma pergunta e uma resposta; a escolha de exercícios; exame de consciência; a cultura do julgamento; depois de dar o problema; Clubes; que tendes feito; um plano de exercícios; aulas falas; continências e medidas; a profissão professor; mãos a obra; satisfação de água parada;

número 23, também temático, é um número especial comemorativo ao 1º Centenário da Instrução Primária no Brasil.

¹⁶Segundo dicionário de comunicação de Gustavo Barbosa e Carlos Alberto Rabaça (1987, p. 227) o conceito de editorial é o seguinte: "Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (jornal, revista, etc.) ou emissão (programa de televisão ou de rádio)."

¹⁵Os números 20, 21 e 22 são totalmente dedicados à cobertura e desdobramentos do I Congresso de Instrução Primária em Minas Gerais e o

Ler, Ler!; Modéstia e devotamento; exibição; falta de material; caminha com os teus pés; um manual de pedagogia.

Estes editoriais que passaram a abrir a publicação figuravam com 2 a 3 páginas, os títulos eram grafados com letras bem maiores do que as utilizadas em outros artigos publicados na 'Revista', nunca assinados. As temáticas abordadas eram pautadas pelos 'regulamentos' e 'programas do ensino primário' e procuravam chamar a atenção dos professores para seus deveres, evidenciando a importância de se atualizarem seguindo os novos preceitos da escola moderna e, portanto, apropriando-se e modificando suas práticas pedagógicas a partir das sugestões recomendadas. Os títulos ilustram e exemplificam os aspectos que estavam sendo destacados pelos editores. Os conteúdos indicavam desde questões ligadas à organização escolar, como: horário, frequência, material; bem como, aspectos teóricos e metodológicos que fundamentavam as diretrizes da reforma do ensino primário: planejamento; como trabalhar os problemas; centro de interesses; como elaborar exercícios etc.

Neste período de circulação da *Revista do Ensino* na perspectiva de referendar as ideias da Palavra da Revista, outras seções específicas foram estrategicamente direcionadas para assegurar a divulgação e apropriação dos preceitos da reforma, tais como: Notas Informações úteis, Seção do Centro Pedagógico Decroly; A Voz da Prática e Nossos Concursos. A seção Notas e informações úteis foi publicada em onze números da *Revista do Ensino*, aparecendo pela primeira vez no n. 26, em 1928, com o objetivo de responder a todas as consultas concernentes às questões relacionadas ao ensino, quer fossem estas técnicas e/ou administrativas. As perguntas enviadas pelos professores enfocavam aspectos e dúvidas sobre o Regulamento do nível primário e da escola normal, como por exemplo, aprovação, frequência, ampliação de turnos, ingresso na escola normal; faixa etária das crianças; como avaliar crianças que foram transferidas de escolas rurais em que os cursos tinham uma menor duração; nomeação de professores; e avaliação por meio de testes de inteligência.

Essa seção cumpriu a função de responder as dúvidas dos professores sobre o Regulamento, especificamente aquelas relacionadas ao administrativo. Chama a atenção o fato de não ter aparecido dúvidas em relação às mudanças pedagógicas apresentadas e divulgadas a partir das

Instruções e Programas para o Ensino Primário. Poderemos verificar que elas serão alvo de outras estratégias concretizadas na configuração de outras seções criadas pelos editores da 'Revista'.

Nesse sentido, foi criada a importante 'Seção do Centro Pedagógico Decroly', com o objetivo de orientar os professores com pouca e nenhuma experiência com este referencial teórico e metodológico. Esta seção foi publicada somente nos dois primeiros anos de implantação da reforma (1928 e 1929), momento chave para que os professores pudessem conhecer o que estava se desenvolvendo em outros estados e países que adotaram este referencial. Destacamos ainda que a característica dessa seção foi publicar conferências, trabalhos, experiências que abordavam essa temática, foram inúmeros os artigos que enfatizaram como trabalhar com: 'Centros de Interesse; modelos de aula e de lição; indicação de bibliografia específica para professores'. Foi, ainda, publicado um artigo sobre os programas para a escola infantil. Em Minas Gerais, essas instituições também deveriam incorporar e utilizar essa metodologia.

A seção A Voz da Prática, criada e extinta no mesmo período dos concursos (1929 e 1930), foi assim definida pelos editores: Nesta seção serão acolhidos os trabalhos de colaboração dos professores, bem como de outros funcionários de ensino, desde que se coadunem com o programa da Revista do Ensino. A configuração desta seção indicava que na prática ela seria um desdobramento, extensão e ampliação da seção Nossos Concursos. Em primeiro lugar, porque pautava e publicava os mesmos temas propostos nos concursos, como por exemplo: caderno de lições - como deve ser feito; O ensino de verbo no curso primário; O Ditado e a Ortografia; Método Intuitivo; Por que e para que o Museu Escolar? Ilustração de livros escolares; A gravura no livro escolar; Como suscitais em vossos alunos o amor a leitura? Em segundo, por apresentar aulas modelos - inúmeros temas foram desenvolvidos a partir dos Centros de Interesse. Dessa forma, A Voz da Prática abriu um espaço para a publicação dos bons trabalhos enviados para a seção Nossos concursos e que não foram por eles premiados. O compromisso da redação era publicar, até então, apenas os trabalhos dos vencedores.

'A Voz da Prática' abriu ainda um espaço para os trabalhos dos professores das escolas normais e assistentes técnicos que não puderam participar dos 'concursos', já que um dos critérios definidos por seus promotores restringia, quanto ao público alvo,

os professores primários¹⁷. Alguns autores que contribuíram com 'A Voz da Prática' foram os seguintes: Firmino Costa, Diretor da Escola de Aplicação; Nair Starling, Oscar Arthur Guimarães e Ramos Cesar, assistentes técnicos da instrução.

Por último, percebe-se que o conceito dessa seção será incorporado pelos editores responsáveis pela *Revista* em gestões administrativas posteriores. Assim, a divulgação de experiências dos professores continuará tendo lugar nesse impresso, mas com uma nova configuração de seção. O uso e a forma que essas seções passaram a ter na *Revista do Ensino* mostram uma intenção clara dos editores: a de assegurar um modo de 'inculcação e de apropriação' dos novos preceitos pedagógicos apresentados nos Regulamentos e Programas do ensino primário, uma 'estratégia' poderosa que, de forma articulada, objetivava a visibilidade das 'boas práticas' produzidas por professores reais, que estavam dentro das salas de aula espalhadas por todo o Estado. Dessa maneira, a *Revista do Ensino*, um impresso autorizado e reconhecido, procurava mais do que mostrar, pretendia seduzir seus leitores para que eles abandonassem as velhas práticas e passassem a incorporar as novas já experimentadas por seus pares, confirmando assim a importância e as possibilidades efetivas de transformar a escola mineira.

'Nossos concursos': vozes e práticas dos professores

A grande expectativa da Diretoria de Instrução Pública era que a 'Revista' fosse lida pelos professores e que estes pudessem incorporar suas recomendações, modelos e práticas, fornecidos via Regulamento e Programa do ensino primário. Bourdieu (1996) atenta para o fato de que, ao ser definido o que merece ser lido, impõe-se uma boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação. Nesse sentido, a 'Revista' cria os 'Concursos' abrindo espaços para que os professores pudessem se apresentar como autores, relatando suas experiências e práticas pedagógicas adotadas a partir das novas

referências pedagógicas em vigor. Os 'concursos' surgem, ainda, como uma estratégia de formação, pois estimulam os professores a estudarem e serem mais criativos. Esta prática foi editada em 1929 e extinta em 1930. Talvez essa tenha sido a única seção que trazia na sua própria criação seu fim anunciado.

A 'Revista' teve um papel fundamental na divulgação de exemplos de conduta para professores, modelos de ação pedagógica e sugestões de atividades para aplicação de novos métodos. Nesse sentido, constitui-se como guia para ação dos professores. Além de prescrever as formas e contornos do fazer docente, utilizou outra estratégia para normatizar a conduta pedagógica dos professores, a promoção de 'concursos' nos quais aulas modelos e textos dissertativos sobre questões relacionadas ao cotidiano escolar e da dimensão pedagógica da época eram elaborados por professores, equipes técnicas e diretores.

O investimento dos editores nesta sessão foi grande, percebe-se que a utilização desse dispositivo, envolveu professores no debate das questões educativas que se pretendiam disseminar e permitiu a ascensão do professor a um novo lugar na 'Revista', o de autor. Tratava-se de uma estratégia explícita da Instrução Pública de assegurar, de maneira criativa e comprometida, a execução da Reforma do ensino que estava em curso, aproximando o leitor aos conteúdos veiculados nesse impresso. Prates (1989, p. 98) mostra que os concursos promovidos pela 'Revista', propunham inúmeros tópicos para estudo e discussão, sendo que alguns deveriam ser teoricamente analisados e outros deveriam aliar teoria e prática em sugestões de atividades.

Era proposta dos 'concursos' que os professores e diretores primários escrevessem sobre os temas e assuntos ligados ao ensino, estudando-os e discutindo-os, alguns deveriam ser teoricamente analisados e outros deveriam aliar teoria e prática nas sugestões de atividades. Os 'concursos' tiveram dois tipos de estrutura. Nos dois primeiros meses em que foram editados constavam de dois tópicos, o primeiro com perguntas voltadas a uma abordagem teórica sobre o tema e o segundo com uma abordagem voltada às práticas de sala de aula. A segunda estrutura foi a que de fato predominou. Constava de três tópicos, o primeiro e segundo traziam perguntas para elaboração de argumentação e o terceiro voltado à descrição de aulas modelo sobre qualquer ponto das disciplinas do programa de ensino primário, conforme Tabela 1.

¹⁷O número de participantes nos primeiros concursos parece ter surpreendido a Diretoria de Instrução Pública e o curto prazo para que os professores pudessem elaborar e enviar os seus trabalhos de todas as partes do Estado foi uma grande dificuldade para a comissão julgadora que, ao final do prazo estabelecido, teve que fazer o seguinte encaminhação: "No julgamento dos trabalhos apresentados aos seus dois primeiros concursos, a comissão escolhida pela redação da *Revista do Ensino* se viu em grandes dificuldades, porque várias contribuições de valor de ilustres professores Firmino Costa, Emílio Moura, Plínio Ribeiro, Ramos Cesar e José de Almeida. Agradecendo a boa vontade com que acudiram a seu apelo e estampando na íntegra os aludidos trabalhos, que serão de muita utilidade para o professorado, foi resolvido pela redação que os prêmios se concedessem desta vez apenas ao professorado primário, excluindo-se da classificação os trabalhos assignados pelos professores de escolas normaes e assistentes technicos" (REVISTA DO ENSINO, n. 30, 1929, p. 58).

Tabela 1. Concursos, temas e ganhadores Revista do Ensino 1929-1930.

RE	Concurso e tema	Ganhadores
Fev. 1929 n.º 30	1. Quaes as vantagens do caderno de preparação de lições, quaes as desvantagens, e, se se considerar inútil a medida, qual o melhor meio de se estimular o professorado a preparar as lições e verificar essa preparação? (serão premiados 3) 2. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 4)	1º. Arthur Mendonça de A. Mafrá – Diretor do GE de Sete Lagoas 2º. Zelia Rabello – Diretora do GE D Pedro II da Capital
Mar. 1929 n.º 31	3. como se devem corrigir os exercícios escriptos de uma classe? (serão premiados 3) 4. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 4)	1º. Profª. Zilda Gama da Costa Mattos Almeida – GE Salles Marques, Porto Novo 2º. Profª. Philocelina da Costa Mattos Almeida – GE de Barbacena 3º. Profª. Maria da Gloria Ferreira da Silva – GE de Palmyra 4º. Profª. Laura Magalhães, GE de Nova Lima
Abr. 1929 n.º 32	5. Verbo. Quaes as formas (modo e tempo) que devem ser ensinadas no curso primário, e como se deve ensinar a sua conjugação? (serão premiados 3) 6. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 4)	1º. Prof. José Emydio de Lima, GE de São Sebastião do Paraíso 2º. Jose Americo da Costa, diretor GE Resende Costa 3º. Romeu Venturelli, diretor GE de Christina
Mai. 1929 n.º 33	7. É o dictado o único meio de se ensinar orthografia na escola primaria? Em caso contrário, quaes os meios que se devem empregar para tal ensino, além de dictado? (serão premiadas 2) 8. O museu escolar, qual a sua utilidade e como se deve organizá-lo. (serão premiadas 2) 9. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 3).	1º. Rita Cassiana Martins Pereira, diretora GE de Sabará 2º. Profª Edesia Corrêa Rabello, Escola Normal de BH 3º. Fausto Gonzaga, diretor GE Além Paraíba 4º. Profª Irene de C. Breyer, GE de Bicas 1º. Fausto Gonzaga, diretor GE Além Paraíba 2º. Prof. Jair Guimarães de Paulo, Escola Mista de Alvorada – Carangola
Jun. 1929 n.º 34	10. Que se deve entender por “methodo intuitivo” e em que medida este methodo é applicável as diversas partes do programma da escola primária? (serão premiadas 2) 11. O museu escolar, qual a sua utilidade e como se deve organizá-lo. (serão premiadas 2) Foi reeditado. 12. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 3).	Não foi julgado poucos trabalhos apresentados 1º. Profª. Marieta de Araujo, Classes primarias anexas Escola Normal Palmyra 2º. Sergio Ferreira, Diretor GE Porto Novo 3º. Profª. Aristotelina Dias Ribeiro, GE Pouso Alegre 1º. Profª. Clarieta Lacerda, GE Barbacena 2º. Francisco Letro Silva Castro, diretor GE Coronel Fabriciano
Jul. 1929 n.º 35	13. A maior parte dos livros usados nas escolas primárias são ilustrados com gravuras. Porque? E que partido podeis tirar das explicações de imagens, vinhetas e quadros para o ensino da composição?(Serão premiadas 2) 14. A rotina; caracterizá-la e indicar as causas; como evitá-la. (serão premiadas 2) 15. Aulas Modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 3).	1º. Waldemar Prado, diretor GE Coronel Manoel Pinto, Carmo do Rio Claro 2º. José de Freitas Henriques, diretor GE Dr. Raul Sá, Cambuquira 1º. Profª. Maria da Gloria Ferreira da Silva – GE de Palmyra 2. Profª. Aracy Noronha, Classes primarias anexas a Escola Normal Ouro Fino 3º. Profª. Cifra Lacerda, GE Carangola 1º. Profª. Rosa Barilo, GE Cambuquira 2º. Profª. Maria de Vasconcellos Pinto, GE Sabará
Set. 1929 n.º 37	16. Como escapar a abstração e como desenvolver nas creanças a observação e as faculdades de julgamento e de raciocínio, em uma aula de geografia. (serão premiadas 2) 17. Quais as experiências científicas que se podem fazer na escola primária? (serão premiadas 2) 18. Aulas-modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiadas 3).	1º. Joaquim Homem da costa, diretor GE de Palmyra 2º. Profª Ivone Guimarães, GE de Pitanguy 1º. Francisco Letro Silva Castro, diretor GE Coronel Fabriciano 2º. Profª. Djanira de Magalhães Pacheco, Santa Isabel 3º. Uma professora 1º. Um professor do curso rural anexo do GE Sete Lagoas 2º. Profª. Clarice Soares, GE Ponte Nova
Out. 1929 n.º 38	19. Devem-se dispor os alumnos em filas, para que saiam em ordem da classe? Dar as causas da afirmação ou negação. (Serão premiados 2) 20. Fazeis recapitulações e revisões em vossa classe? Em caso afirmativo – porque, quando e para que matérias. (Serão premiados 2) 21. Aulas-modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiados 3).	1º. José Coelho de Lima, diretor GE S. José da Lagoa 2º. Waldemar Prado, diretor GE Coronel Manoel Pinto, Carmo do Rio Claro 1º. Manoel Jacintho Ferreira de Brito, diretor GE Sylvestre Ferraz 2º. Profª. Noemy Nunes Teixeira, GE de S. Matheus, Juiz de Fora 3º. Profª Sílvia Nunes, Casa Grande, Queluz
		1º. Profª. Maria Auxiliadora C. de Paula, GE Lagoa Santa 2º. Profª. Maria de Lourdes Teixeira, GE de Divinópolis
		1º. Profª. Maria Moreira Leite, 1ª. Escola de Santo Antonio do Gramma, Rio Casca 2º. Profª. Maria da Gloria Ferreira da Silva, GE de Palmyra
		1º. Profª. Maria do Céu Gomes, Jardim de Infancia de Juiz de Fora 2º. Profª Nair Esteves Guedes, estagiária GE Teófilo Otoni 3º. Profª Nair Starling, GE Lagoa Santa

Tabela 1. Continuação

Março 1930 n.º 43	22. Que meios empregaes em vossa classe para que as creanças falem abundantemente e aprendam assim a expor com clareza e desembaraço os seus pensamentos. (Serão premiados 2)	1º. Profª. Rosa Barilo, GE Cambuquira 2º. Profª. Catharina Silveira
	23. Que pensaes do professor que ocupa os alumnos no arranjo da classe; que lhes confia comissões fora da escola, como, por exemplo, fazer compras, dar recados; que os incumbe de certas funções, como zelar sobre os colegas menores, manter em ordem o quadro negro e seus pertences, etc? (Serão premiados 2)	1º. Profª. Eulina Joviano 2º. Profª. Clarice Soares, GE Ponte Nova
	24. Aulas-modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiados 3).	1º. Francisco Letro Silva Castro, diretor GE Coronel Fabriciano 2º. Prof. João de Abreu Salgado 3º. Profª. Maria José Leite Corrêa
Maio 1930 n.º 45	25. Não deveis substituir a coisa pelo signal, senão quando fôr impossível mostral-os, porque o signal absorve a atenção da creança e lhe faz esquecer a coisa (Pestalozzi). Discutir este pensamento e dizer como applical-o nos diversos trabalhos escolares. (Serão premiados 2)	1º. Profª. Maria da Glória d'Ávila, GE Itabirito 2º. Profª. Maria de Lourdes Teixeira, GE Divinópolis
	26. Qual a parte que deve caber a educação physica no ensino primário? (Serão premiados 2)	1º. Profª. Elza Ferraz Koeler, 2º. Cadeira distrital mista, Sant'Ana do Capivary
	27. Aulas-modelo sobre qualquer ponto de qualquer matéria do curso primário. (serão premiados 3).	2º. Profª. Maria de Vasconcellos Pinto, GE Pedro II, Capital 1º. Profª. Sylveria Homem da Costa, GE Palmyra 2º. Profª Maria José de Andrade, GE Congonhas do Campo 3º. Profª. Elza Celeste de Oliveira Tristão, GE Antonio Carlos, Juiz de Fora

Os concursos eram divulgados da seguinte forma:

Ficam abertos, conforme aviso divulgado pela imprensa tres novos concursos, nos moldes dos realizados até agora, girando seus temas em torno do seguinte:

1º - "Que se deve entender por método intuitivo e em que medida este methodo é applicavel ás diversas partes do programma da escola primaria?" (Premios as duas melhores respostas)

2º - "O museu escolar, qual a sua utilidade e como se deve organizal-o". (Premios as duas melhores respostas)

3º - Aulas-modelo sobre qualquer ponto das disciplinas do professor primário. (Premios aos três melhores trabalhos) (REVISTA DO ENSINO, p. 24, 1929).

Os concursos tornaram-se famosos. Eram divulgados no jornal oficial e nos jornais da grande imprensa com bastante destaque, informando período de vigência, os temas e as regras a serem seguidas para a elaboração e envio do trabalho. A orientação para a elaboração escrita do tema também era divulgada: "[...] os assuntos devem ser tratados com simplicidade e concisão, evitando as digressões doutorais, que nada adiantam, antes prejudicam a exposição do pensamento" (DIÁRIO DE MINAS, 22/8/1929).

Foram editados 29 concursos que contaram com a participação de 739 pessoas de todo o Estado, 90% eram do interior, 4% da capital e 6% não tem identificação. O número de ganhadores foi de 67, entre homens e mulheres, diretores, diretoras, professores e professoras. Junto à lista dos vencedores eram divulgados os nomes de todos os

professores que enviaram trabalhos para o 'concurso' e suas respectivas cidades. Para cada assunto e tema eram escolhidos dois vencedores, para as aulas modelos. Inicialmente, eram contemplados 4 e, posteriormente, passaram a ser premiadas 3 propostas. A forma de divulgação dos resultados dos concursos dava grande prestígio a seus participantes. As listas eram publicadas em jornais oficiais e da imprensa comercial. Não havia prêmio em dinheiro, os ganhadores recebiam livros de autores consagrados, 'para enriquecer o cabedal cultural e as bibliotecas dos professores'. Com este tipo de prêmio os editores prescreviam a boa leitura necessária para formar os bons professores. A visibilidade alcançada com a divulgação dos resultados, fez com que alguns se apresentassem com pseudônimos. A Revista passou também a promover sorteios de livros, o público-alvo eram professores primários que tivessem participado de todos os concursos realizados. Pelo número de trabalhos enviados, percebe-se que os professores se empenhavam na tarefa.

Essa estratégia visava ainda, manter a participação contínua por mais de um ano, tempo necessário e fundamental, para o processo de implantação da reforma. A estratégia parece ter atingindo seu objetivo já que vários foram os participantes que compareceram, como por exemplo: Amadeu Giannini, professor da escola de Dourado (12 concursos); Romeu Venturelli, diretor do Grupo Escolar de Cristina (13 concursos); Waldemar Prado, Diretor do Grupo Escolar do Carmo do Rio Claro (15 concursos); Marietta Araujo, professora de

escolas anexas da Escola Normal de Palmira (18 concursos); e, Francisco Letro da Silva Castro, diretor do Grupo Escolar de Antonio Dias, participou de 19 'concursos'.

Assim, a 'Revista' destinava-se também a comunicar uma maneira de fazer e uma maneira de agir. Muitos textos passavam diretamente ao estado da prática, sem que houvesse necessariamente mediações de uma decifração no sentido que entendemos. Os editores pareciam apostar num processo de inteligibilidade, já que admitiam a possibilidade de comunicá-la por meio do uso de práticas como imagens modelares. A estratégia dos concursos, ou da publicação de atividades pedagógicas, foi considerada como relevante, pois buscava aproximar o leitor da própria produção da *Revista*, agora, já na condição de autor.

É importante destacar que dos 67 ganhadores das edições realizadas dos concursos, 18 eram diretores de grupos escolares e do sexo masculino, somente duas diretoras de grupos escolares foram premiadas pelos seus trabalhos. Na categoria de professores, as mulheres são maioria, 39 foram premiadas e somente oito homens venceram. Vale enfatizar que as professoras vão aparecer, na maioria, vitoriosas, quando o tema da prova solicita conhecimento acerca de aulas-modelos, mas quando os temas são mais abstratos ou relacionados aos princípios de organização escolar, como por exemplo, museu escolar, os homens serão os premiados. Podemos levantar uma hipótese para estes dados, os resultados dos concursos se 'justificavam' uma vez que os diretores de escola deveriam apresentar maior 'racionalidade' para encabeçar as mudanças propostas pelos reformadores, durante a implementação das novas diretrizes pedagógicas.

Considerações finais

A *Revista do Ensino* como um impresso pedagógico oficial, encarnava e explicitava as estratégias traçadas para formar e atualizar os professores mineiros, a partir de concepções teórico-metodológicas que fundamentavam os métodos mais modernos a serem aplicados na educação. Além disso, os editores tinham por objetivo fazer com que os professores se apropriassem dos princípios e de modelos indicados nos regulamentos e programas de ensino, na perspectiva de que suas práticas educacionais fossem transformadas.

Pode-se afirmar que todas as mudanças gráficas e editoriais propostas pelos editores, e que foram concretizadas no período analisado, não levaram em conta o público leitor – professor real e, sim, um modelo de leitor-professor que se queria formar, acreditando que assim estariam assegurando a

apropriação de princípios, modelos e práticas pedagógicas propostas pelos diversos dirigentes que passaram pelo ensino público mineiro. A organização tipográfica traduz, claramente, uma intenção editorial e pode revelar a marca, no próprio objeto, das maneiras de ler que, espera-se, sejam praticadas pelo público, nesse caso, professores (as). A análise sobre as condições de produção da *Revista do Ensino*, bem como as estratégias estabelecidas para formar os professores, revelaram que, ao mesmo tempo, em que a *Revista* foi produzida, também produziu e construiu o próprio campo educacional mineiro.

A escolha do impresso pedagógico como fonte e objeto para a escrita da história da educação solicita considerar sua estrutura material, característica discursiva e de público de maior pertinência a quem a produção do periódico pretende impactar, para então se realizar a operação historiográfica.

Referências

- BARBOSA, G. G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, V. L. A. **A ideologia do caráter nacional da educação em Minas Gerais**: Revista do Ensino (1925-1929). Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. A Leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231-253.
- CAMPOS, F. **Educação e Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- CARVALHO, M. M. C. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). **Cadernos Anped**, n. 7, dez., p. 41-60, 1994.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão Técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHARTIER, R. Do código ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994.
- CHARTIER, R.. **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

- CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortêz, 1988.
- DIÁRIO DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 3 de junho de 1927.
- DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 22 de agosto de 1929.
- DUARTE, M. R. T. **O trabalho de ensinar**: pedagogia pra a professora. Belo Horizonte, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. 15. ed. São Paulo. Brasiliense, 1997.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Tradução Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- LE GOFF, J. História. In: LE GOFF, J. (Ed.). **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Unicamp, 2003.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da pedagogia**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1983. Vol. 59.
- PEIXOTO, A. C. **A reforma educacional Francisco Campos – Minas Gerais, Governo Presidente Antonio Carlos**. Belo Horizonte, 1983. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais.
- PRATES, M. H. O. **A introdução oficial do movimento de escola no ensino público de Minas Gerais**: a escola de aperfeiçoamento. Belo Horizonte, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais.
- PROGRAMAS DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927.
- REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, n. 30, 1929.
- REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, n. 34, 1929.
- REVISTA DO ENSINO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, n. 46, p. 24, 1930.
- SOUZA, R. C. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares**: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da *Revista do Ensino* (1925-1930). Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais.

Received on December 19, 2013.

Accepted on October 8, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.